

ATA NÚMERO 315/XII/4.^a SL

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de 2014, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09h30

1. Apreciação e votação da ata n.º 313, referente à reunião de 15 de outubro.
2. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 249/XII/4.^a (GOV) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva n.º 2014/86/UE, do Conselho, de 8 de julho de 2014, que altera a Diretiva 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes, adequando ainda o regime especial de tributação de grupos de sociedades à jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia.
3. Votação do relatório sobre a Petição n.º 313/XII/3.^a – Não à privatização dos CTT, de iniciativa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.
Relator: Senhor Deputado Paulo Ribeiro de Campos (PS).
4. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 418/XII/3.^a – Contra o encerramento da Repartição de Finanças de Grândola.
Relator: Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).
5. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 434/XII/4.^a – Atribuição de valor patrimonial pelos serviços de finanças, de iniciativa de Paulo Alexandre do Céu Sanfona Ferreira.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.
6. Programação dos trabalhos da Comissão em sede do debate orçamental.
7. Outros assuntos.

10h00

Audição do Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, no âmbito da apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 254/XII/4.ª (GOV), que Aprova o Orçamento do Estado para 2015.

[reunião conjunta com a Comissão de Segurança Social e Trabalho].

09h30

1. Apreciação e votação da ata n.º 313, referente à reunião de 15 de outubro.

A [ata n.º 313](#), referente à reunião de 15 de outubro, foi aprovada por unanimidade, verificando-se a ausência do PS e do BE.

2. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 249/XII/4.ª (GOV) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva n.º 2014/86/UE, do Conselho, de 8 de julho de 2014, que altera a Diretiva 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes, adequando ainda o regime especial de tributação de grupos de sociedades à jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Não havendo propostas para a realização de audições, foi fixada a data limite de 28 de outubro, pelas 13h00, para a apresentação de propostas de alteração à [Proposta de Lei n.º 249/XII/4.ª \(GOV\)](#), com vista à sua discussão e votação, na especialidade, na reunião da Comissão do dia seguinte.

3. Votação do relatório sobre a Petição n.º 313/XII/3.ª – Não à privatização dos CTT, de iniciativa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.

Relator: Senhor Deputado Paulo Ribeiro de Campos (PS).

O Senhor Presidente recordou a pendência do relatório sobre a [Petição n.º 313/XII/3.ª](#), para votação, desde julho, e, quanto à informação pedida pela Senhora Presidente da Assembleia

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

da República aos Serviços e do paralelismo por estes efetuado com o processo legislativo, considerou não ser possível uma associação linear, atenta a distinta natureza das petições e as diligências que não são irrepetíveis, aspeto particularmente relevante no caso da petição em apreço dado o elevado número de audições realizadas pelo relator.

De seguida, deu nota do acordo do Relator em transferir para a “opinião do relator” os pontos V, VI e VII, tendo o Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) proposto que o ponto IX fosse, igualmente, transferido para a opinião do relator, o que mereceu a anuência dos Grupos Parlamentares, após o que se prosseguiu para as votações. Nestes termos, o relatório foi votado e aprovado com os votos favoráveis de PS e PCP e a abstenção de PSD e CDS-PP, verificando-se a ausência do BE. Quanto ao parecer, foram votadas autonomamente as alíneas c), d) e e), que foram rejeitadas com os votos favoráveis de PS, contra de PSD, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE, tendo as restantes alíneas sido aprovadas com os votos favoráveis de PS e PCP e a abstenção de PSD e CDS-PP, verificando-se a ausência do BE.

O Senhor Presidente sublinhou, enquanto processo de tramitação de uma Petição, as aprofundadas diligências efetuadas pelo relator.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou uma declaração de voto oral, justificando o voto contra as alíneas c), d) e e) com o facto de o Grupo Parlamentar se opor a qualquer processo de privatização.

4. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 418/XII/3.^a – Contra o encerramento da Repartição de Finanças de Grândola.

Relator: Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) apresentou o relatório sobre a [Petição n.º 418/XII/3.^a](#), dando nota da similitude de objeto com anteriores petições apreciadas pela Comissão, após o que informou das diligências efetuadas e do teor do parecer, nomeadamente quanto à proposta de apreciação da Petição em plenário, nos termos legalmente previstos para o efeito.

Não se registando intervenções, o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

5. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 434/XII/4.^a – Atribuição de valor patrimonial pelos serviços de finanças, de iniciativa de Paulo Alexandre do Céu Sanfona Ferreira.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A Comissão deliberou admitir a [Petição n.º 434/XII/4.^a](#), tendo o Grupo Parlamentar do CDS-PP indicado a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) como relatora.

6. Programação dos trabalhos da Comissão em sede do debate orçamental.

Quanto ao horário de abertura e encerramento do IPA para efeitos de submissão de propostas de alteração, a Comissão deliberou que a abertura ocorra a 3 de novembro, pelas 09h30 (coincidindo com o início dos trabalhos de especialidade) e o encerramento ocorra a 14 de novembro, pelas 18h00 (tal como deliberado pela Conferência de Líderes).

Quanto ao período para envio de requerimentos de avocação, foi deliberado manter a prática do ano anterior, de possibilidade de envio de requerimentos de avocação até 30 minutos após a conclusão dos trabalhos da Comissão em cada dia de votações.

De seguida, a Comissão deliberou constituir as seguintes grelhas de tempos para as audições:

• **Membros do Governo**

. Exposição Inicial: Até 15 minutos

. 1ª ronda de perguntas: 8 minutos por GP, com 8 minutos de resposta individualizada
[Ordem das intervenções – PS; PSD; CDS-PP; PCP; BE; PEV]

. 2ª ronda de perguntas: 5 minutos por GP, acrescida da possibilidade de 2 minutos por Deputado(a), com resposta conjunta do Governo (tempo igual à soma da totalidade das perguntas)

. 3ª ronda de perguntas: 3 minutos por GP, com 10 minutos para resposta final

• **ANMP, ANAFRE**

. Exposição Inicial: Até 10 minutos

. 1ª ronda de perguntas: 8' por GP, com resposta individualizada.

. 2ª ronda de perguntas: 3' por GP, com resposta em conjunto.

- **CFP, CES**

- . Exposição Inicial: Até 15 minutos
- . 1ª ronda de perguntas: 8' por GP, com resposta individualizada.
- . 2ª ronda de perguntas: 3' por GP, com resposta em conjunto.

A Comissão deliberou, adicionalmente, que as audiências no âmbito do processo orçamental, nomeadamente no contexto da apreciação pública da iniciativa, serão calendarizadas, preferencialmente, para as 14h00.

Por fim, a Comissão apreciou a proposta de organização dos trabalhos nos dias de discussão (Plenário) e votação (Comissão), na especialidade (cada cor correspondendo a 1 dia):

PROPOSTA para organização dos três dias de debate em Plenário (manhãs) e votações na especialidade na COFAP (tardes) do OE para 2015
CAPÍTULO II - Disciplina orçamental e modelos organizacionais [art.ºs 3.º a 34.º]
CAPÍTULO III - Disposições relativas a trabalhadores do setor público, aquisição de serviços, proteção social e aposentação ou reforma [art.ºs 35.º a 84.º]
CAPÍTULO IV - Finanças locais [art.ºs 85.º a 104.º]
CAPÍTULO V - Segurança social [art.ºs 105.º a 117.º]
CAPÍTULO VI - Operações ativas, regularizações e garantias do Estado [art.ºs 118.º a 129.º]
CAPÍTULO VII - Financiamento do Estado e gestão da dívida pública [art.ºs 130.º a 136.º]
CAPÍTULO VIII - Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e investimentos financiados pelo Banco Europeu de Investimento [art.ºs 137.º a 138.º]
CAPÍTULO IX - Financiamento e transferências para as regiões autónomas [art.ºs 139.º a 141.º]
CAPÍTULO X - Outras disposições [art.ºs 142.º a 162.º]

CAPÍTULO XI - Alterações legislativas [art.ºs 163.º a 176.º]
CAPÍTULO XII - Impostos Diretos [art.ºs 177.º a 179.º]
CAPÍTULO XIII - Impostos Indiretos [art.ºs 180.º a 197.º]
CAPÍTULO XIV - Impostos locais [art.ºs 198.º a 200.º]
CAPÍTULO XV - Benefícios fiscais [art.ºs 201.º a 203.º]
CAPÍTULO XVI - Procedimento, processo tributário e outras disposições [art.ºs 204.º a 210.º]
CAPÍTULO XVII - Regulamento das Alfândegas [art.º 211.º]
CAPÍTULO XVIII - Outras disposições de carácter fiscal [art.ºs 212.º a 233.º]
CAPÍTULO XIX - Normas finais e transitórias [art.ºs 234.º a 244.º]
CAPÍTULO I - Aprovação do Orçamento [art.ºs 1.º e 2.º]

7. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) suscitou a possibilidade de pesquisa, por temas, das propostas de alteração ser alargada, tendo o Senhor Presidente recordado as alterações aprovadas pela Comissão. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou, de seguida, a distribuição por email das deliberações efetuadas no ponto 6 da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou o agendamento, para a reunião ordinária seguinte da Comissão, da distribuição das propostas de lei referentes às reformas do IRS e da fiscalidade verde.

De seguida, não sendo suscitados outros assuntos, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos.

10h00

Audição do Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, no âmbito da apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 254/XII/4.ª (GOV), que Aprova o Orçamento do Estado para 2015.

O Senhor Presidente reiniciou os trabalhos, dando as boas-vindas ao Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e às Senhoras e Senhores Deputados das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Segurança Social e Trabalho presentes, enquadrando a audição no âmbito do início da apreciação, na generalidade, do Orçamento do Estado para 2015 – nomeadamente do Orçamento da Segurança Social – e atentas as disposições regimentais quanto à apresentação pelo Governo em sede de Comissão, após o que deu a palavra ao Senhor Ministro para uma intervenção inicial.

Em sede de debate, intervieram na primeira ronda os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), Adão Silva (PSD), Artur Rêgo e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Mariana Aiveca (BE), tendo o Senhor Ministro usado da palavra para responder, individualmente, às questões colocadas. Usaram, igualmente, da palavra os Senhores Secretários de Estado da Solidariedade e da Segurança Social e do Emprego.

Na segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Idália Salvador Serrão (PS), Nuno Serra (PSD), Raúl de Almeida e Altino Bessa (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Mariana Aiveca (BE), Hortense Martins (PS), Maria das Mercês Borges (PSD), Jorge Machado (PCP), Catarina Marcelino (PS), David Costa (PCP), João Galamba (PS), João Paulo Pedrosa (PS), Adão Silva (PSD), Nuno Sá (PS) e António Cardoso (PS), tendo o Senhor Ministro intervindo para responder ao conjunto de questões colocadas. Usaram, também, da palavra os Senhores Secretários de Estado da Solidariedade e da Segurança Social e do Emprego.

Efetuaram, ainda, interpelações à Mesa os Senhores Deputados Idália Salvador Serrão (PS) e Adão Silva (PSD).

Em sede de terceira ronda, intervieram os Senhores Deputados Mário Ruivo (PS), Clara Marques Mendes (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Mariana Aiveca (BE), tendo o Senhor Ministro efetuado uma alocução final.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Não havendo pedidos adicionais de intervenção, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo o Senhor Ministro e à sua equipa as informações e esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a gravação, estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

A reunião foi encerrada às 14:17 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de outubro de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Paulo Sá
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Vieira da Silva
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Conceição Bessa Ruão
Hortense Martins
Ivo Oliveira
Maria das Mercês Borges
Michael Seufert
Nuno Sá
Nuno Serra
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pimpão
Pedro Roque
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Santos Silva



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Isabel Santos

Pedro Filipe Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis

Pedro Nuno Santos